

Filosofia e interdisciplinaridade no ensino médio*

Almiro Schulz**

Resumo

A interdisciplinaridade ainda está em pauta como objeto de estudo e não se tem um consenso sobre ela, principalmente no âmbito da práxis escolar; talvez nem se deva ter, em especial no ensino da Filosofia. Pretende-se, então, fazer alguns apontamentos sobre o ensino interdisciplinar de Filosofia no contexto curricular da escola do Ensino Médio, tendo como referência textos que abordam a problemática.

Palavras-chave: ensino, filosofia, interdisciplinaridade, pesquisa.

Philosophy and interdisciplinarity in second level education

Abstract

Interdisciplinarity is still on the agenda as an object of study but there is no consensus about it, especially in the sphere of school practice, and perhaps there should not be, especially in the teaching of Philosophy. Thus, the purpose of this paper is to present some ideas on the interdisciplinary teaching of Philosophy in the curricular context of second level education, using as a reference some texts which deal with the problematic. Interdisciplinary teaching presupposes a subject-based curricular structure. Thus, it is necessary to understand the interdisciplinary teaching of Philosophy in this curricular structure as an established subject with possible convergences between the subjects being an object, a method and an intervention which could be achieved by means of research projects.

Keywords: teaching, philosophy, interdisciplinarity, research.

* Trabalho apresentado na mesa-redonda Filosofia e Interdisciplinaridade, durante o II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Filosofia (ENEPEFIL) / IV EU PENSO – Encontro dos Estudantes de Filosofia da Cidade de Goiás, em 2013.

** Professor adjunto II da Universidade Federal de Goiás (UFG). *E-mail:* almiroschulz@yahoo.com.br.

Preende-se neste texto fazer algumas considerações sobre filosofia e interdisciplinaridade, que foram apresentadas em mesa-redonda com foco mais voltado para uma práxis possível no contexto do ensino escolar. A escola pode ser considerada o *locus* principal no qual se procura desenvolver um ensino interdisciplinar, mas cuja prática ainda precisa ser mais bem compreendida.

As considerações serão feitas numa linguagem simples e têm por base textos que versam sobre a interdisciplinaridade a partir de alguns autores, entre outros, Olga Pombo, Sílvio Gallo, Quintana Cabanas, Antônio Joaquim Severino e Ivani Fazenda. Esses textos estão indicados nas referências.

A exposição está estruturada em forma de tópicos e será abordada da seguinte maneira: 1) estrutura curricular escolar disciplinar; 2) o lugar da filosofia como disciplina curricular; 3) possíveis convergências enquanto interdisciplinaridade e 4) uma alternativa de ação interdisciplinar.

Abordar o tema proposto se justifica, pois a interdisciplinaridade continua em pauta e é objeto de pesquisa, de discussão e de publicações. Cita-se como exemplo a pesquisa de Ivani Fazenda, de Julie Klein e a publicação, já nos anos 1990, da coletânea “Didática e interdisciplinaridade”; no entanto não se chegou a um consenso em torno do problema. Como disse Olga Pombo (2005, p. 4) em uma conferência sobre o assunto, “[...] eu não sei como se faz interdisciplinaridade. Aliás, indo um pouco mais longe, atrevo-me a pensar que ninguém sabe”. Diante disso, não se tem a pretensão de trazer soluções e inovações sobre o assunto, mas colocar ou recolocar alguns aspectos em torno da problemática, conjuntamente com os demais colegas à mesa, podendo divergir ou convergir.

Estrutura curricular escolar disciplinar

Como se sabe, a estrutura de nosso currículo é disciplinar. É preciso abrir um parêntese e dizer que falar em currículo é complexo. O termo complexo pode parecer um chavão, mas, segundo Sacristán e Gómez (1998, p. 147), é difícil “[...] oferecer uma definição válida de currículo que seja aceita universalmente”. No entanto, esses autores consideram currículo não

a grade curricular das disciplinas, mas o projeto e todo processo educativo. Como dizem:

Trata-se de um projeto que só pode ser entendido como um processo historicamente condicionado, pertencente a uma sociedade, selecionado de acordo com as forças dominantes nela, mas não apenas com capacidade de reproduzir, mas também de incidir nessa mesma sociedade. (SACRISTÁN, GÓMES, 1998, p. 148)

Nesse caso, pode-se entender por currículo escolar o projeto político-pedagógico da escola como um todo, e, em especial, a grade disciplinar. Sílvia Gallo lembra que

A organização curricular das disciplinas as coloca como realidades estanques, sem interconexão alguma, dificultando para os alunos a compreensão do conhecimento como um todo integrado, a construção de uma cosmovisão abrangente que lhes permita uma percepção totalizante da realidade. (GALLO, 2008, p. 70)

Diz ainda Gallo que a visão interdisciplinar não ultrapassa o conceito da estrutura do conhecimento tradicional da metáfora da “árvore”, na qual “[...] o tronco da ‘árvore do saber’ seria a própria filosofia, que originariamente reunia em seu seio a totalidade do conhecimento” (GALLO, 2008, p. 73). Segundo esse autor, a interdisciplinaridade não rompe com o problema fundamental, com a concepção hierárquica, que tem como base uma visão unitária. O saber fragmentado e sua especificação não serão superados pela interdisciplinaridade, mas pela transdisciplinaridade, cuja imagem ou metáfora é o rizoma que não nos remete à unidade, mas à multiplicidade, a uma complexidade. Gallo usa a noção de rizoma a partir de Deleuze e Guattari, o que merece considerações mais ampliadas, porém neste momento não serão possíveis.

Há certo consenso que interdisciplinaridade pressupõe a subjacência das disciplinas, ou de uma disciplina. Olga Pombo (2005, p. 5) diz: “[...] por de trás destas quatro palavras, multi, pluri, inter e transdisciplinaridade, está uma mesma raiz – a palavra disciplina”. Por disciplina, pode-se entender,

ou pode-se pressupor, a delimitação de um conteúdo que lhe é específico, que a caracteriza como tal e indica determinada função externa. Severino lembra que

[...] os recentes reformadores do Ensino Médio brasileiro entendem que disciplinas só se justificam naqueles casos em que os conteúdos respondem por informações ou por habilidades técnicas. Essas informações e habilidades, se devidamente transmitidas pelos professores e apropriadas pelos alunos, possam ter o desempenho satisfatório correspondente ao perfil profissional da área em que se formaram. (SEVERINO, 2011, p. 83)

No âmbito das políticas oficiais, a Resolução CEB nº 2, de 7 de abril de 1998, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, registra, no art. 8º, inciso III, o que se entende por disciplina escolar ou disciplinaridade:

As disciplinas escolares são recortes das áreas de conhecimento que representam, carregam sempre um grau de arbitrariedade e não esgotam isoladamente a realidade dos fatos físicos e sociais, devendo buscar entre si interações que permitam aos alunos a compreensão mais ampla da realidade. (SINPRO-MG, 2000, p. 70)

O mesmo documento, em seu art. 8, inciso I, coloca que as escolas precisam buscar uma integração interdisciplinar a partir de um diálogo entre os saberes; no caso da escola, pode-se entender que se dará entre as disciplinas.

[...] a Interdisciplinaridade, nas suas mais variadas formas, partirá do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos. (SINPRO-MG, 2000, p. 70)

Pensar, então, a interdisciplinaridade não pode estar dissociado da estrutura curricular disciplinar. No caso do ensino médio, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a base nacional

comum dos currículos deverá ser organizada em três grandes áreas de conhecimento ou saberes, para as quais são estabelecidas as disciplinas afins. A divisão das três áreas é “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”; “Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias”; “Ciências Humanas e suas Tecnologias”, área na qual se aloca a disciplina de Filosofia. (SINPRO-MG, 2000, p. 71-72)

O lugar da filosofia como disciplina

Não será retomado todo o debate e embate em torno da inclusão da filosofia como disciplina na grade curricular. No entanto, é preciso lembrar que interdisciplinaridade pressupõe disciplinas, e, no caso da Filosofia, isso se torna mais complexo e polêmico. Na concepção de disciplina, compreende-se a especificação de um conteúdo para uma qualificação e formação, como destaca o inciso IV da Resolução e artigo acima mencionados:

[...] de modo que disciplinas diferentes estimulem competências comuns, e cada disciplina contribuirá para a constituição de diferentes capacidades, sendo indispensável buscar a complementaridade entre as disciplinas a fim de facilitar aos alunos um desenvolvimento intelectual, social e afetivo mais completo e integrado. (SINPRO-MG, 2000, p. 70)

No caso da filosofia, qual é essa contribuição? Por meio de que conteúdo? Pode a filosofia ser submetida a uma finalidade fora dela e ser institucionalizada? Temos aí uma larga discussão em torno das divergências sobre a concepção da filosofia e sua função; depara-se também com certa antinomia entre sua utilidade e inutilidade. Kohan lembra que “a filosofia habita essa contradição: ela necessita ser transmitida e é, ao mesmo tempo, intransmissível. [...] A filosofia é uma disciplina impossível e necessária; inútil e indispensável” (KOHAN, 2007, p. 58). Contudo, se a pretensão é que seja considerada como uma disciplina, em que consistirá? É preciso ter certos parâmetros definidos ao se buscar a interdisciplinaridade.

Severino lembra o embate sobre o ensino de filosofia em São Paulo, Na visão do ensino transversal, entendia-se, ou se entende, que

sua contribuição no processo formativo do aluno se limita ao âmbito das disciplinas, principalmente informativas; assim, diz

[...] que a filosofia como elemento formativo, não se ensina mediante disciplinas como componentes curriculares específicos. Esse foi um dos argumentos utilizado no parecer do Conselho Estadual de Educação de São Paulo para justificar a improcedência da inclusão das duas disciplinas, Filosofia e Sociologia, no currículo do curso médio, no Estado. (SEVERINO, 2011, p. 83)

Uma vez consolidada a Filosofia como disciplina curricular, e ao se pensar a interdisciplinaridade, é preciso clarear em que ela consiste enquanto disciplina e qual seu papel. Poder-se-ia até considerar que isso é forma de complicar, pois a filosofia, em si, já é interdisciplinar por sua natureza, e ensinar filosofia é uma atividade interdisciplinar. No entanto, o assunto não é tão simples, requer maior reflexão. Eis aí um dos grandes desafios!

Elementos de convergências para uma interdisciplinaridade

Pretende-se apontar possíveis convergências entre as diferentes ações disciplinares como forma de atuação interdisciplinar. Para isso, toma-se por base um dos textos de Quintana Cabanas, no qual aborda a interdisciplinaridade no âmbito da educação e aponta para três formas possíveis da práxis interdisciplinar: pelo objeto, pelo método e pela intervenção.

Pelo objeto

Há uma série de ciências ou saberes que são interdisciplinares por seu objeto, isto é, incidem em um mesmo campo de saber, mas nem por isso se confundem entre si: distinguem-se pelo ponto de vista ou pelo enfoque que estudam (CABANAS, 2005, p. 165). Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade se dá por meio de diferentes olhares sobre um mesmo objeto, ou problema, pois eles não existem atomisticamente separados e isolados, mas podem ser considerados inseridos em uma totalidade, como

parte de um todo. Nesse sentido, “formam uma teia de significações que se interpenetram umas nas outras. Não de forma mecânica” (SEVERINO, p. 85). O olhar a partir de uma única ciência, tratando-se de disciplinas curriculares, não esgota o conteúdo de um objeto, justificando-se, assim, a ação interdisciplinar.

A dificuldade muitas vezes ocorre ao se procurar estabelecer uma relação, quando os conteúdos essenciais não são bem definidos entre si e seus limites recíprocos. Por exemplo, qual o conteúdo, as especificidades e convergência entre biologia, química e filosofia? O objeto ou problema pode ser o meio ambiente, educação ambiental.

Pelo método

Segundo Cabanas (2005, p.169), outra aproximação ou incidência interdisciplinar pode ocorrer ou se dar por meio do método, isto é, no caso em que diferentes áreas utilizam os mesmos métodos. Tem-se aqui o problema da concepção de método. Em que medida cada objeto, para ser compreendido, necessita do uso de método correspondente? Contudo, é possível uma relação interdisciplinar, por exemplo, a partir do método historiográfico, que pode aproximar história e filosofia, quando se tem como objeto o homem, o tempo, o fim teleológico do desenvolvimento humano. Ainda pelo método comparativo, que aproxima, sobretudo, sociologia e filosofia, por exemplo, estudos que buscam compreender regularidades, perceber deslocamentos e transformações, identificar continuidades e descontinuidades, explicitar condicionantes sociais etc.

Pela intervenção

Cabana diz:

Mas que por las interferencias epistemológicas que unas ciencias tienen com otras, se habla hoy día de interdisciplinaridad por la conincidencia de profesionales diversos em el tratamiento conjunto que hacen de um mismo problema humano, entendiendo que el objeto de aquel depende de factores diversos, que obligan a enfocarlo desde variadas perspectivas. (CABANAS, 2005, p. 171)

Além das interferências epistemológicas que uma ciência tem com as outras, é possível realizar intervenções interdisciplinares em casos específicos, em ações conjuntas em torno de um mesmo problema de áreas diversas. Por exemplo, depressão: medicina, psicologia, filosofia e educação social. A interdisciplinaridade poderá ser desenvolvida por meio de ações conjuntas, sobretudo por meio de projetos de extensão, envolvendo as diferentes áreas ou integrando as diferentes disciplinas. Nesse sentido, pode-se entender o papel dos projetos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), cujo fim visa a uma intervenção no ensino escolar.

Interdisciplinaridade por meio da pesquisa como uma alternativa

Quando Severino (2011, p. 91) trata de “transposição didática”, refere-se a alguns temas que podem ser trabalhados pela “Filosofia e pelas Ciências: a facticidade, a historicidade, a praxidade, a politicidade, a eticidade e a esteticidade.”

Respeitando, porém, qualquer pensamento sobre o ensino interdisciplinar e considerando a forma da operacionalização, a realização da interdisciplinaridade na prática escolar não é fácil. As dificuldades colocam-se a partir da estrutura curricular com base no saber disciplinar e na configuração da estrutura escolar em seu todo. Enquanto essa estruturação se mantiver e não for ajustada no que se refere a seu sistema organizacional, será difícil desenvolver a interdisciplinaridade no ensino. Considera-se ser melhor que os professores desenvolvam seu ensino na área específica de atuação, na qual estão alocados, do que procurem a interdisciplinaridade de ensino entre as diferentes disciplinas, sem sucesso, sob o risco de prejudicar o próprio ensino de sua disciplina. Sugere-se, então, que a interdisciplinaridade escolar seja realizada por meio de projetos de extensão ou de pesquisas interdisciplinares. Faz-se, aqui, uma sugestão do ensino interdisciplinar por meio da pesquisa.

Para justificar e fundamentar a pesquisa como ação interdisciplinar, parte-se do pressuposto de que a pesquisa não tem apenas um papel científico, que é de fundamental importância, mas que ela também pode ou deve ser entendida como princípio educativo, uma vez que por meio dela se

dá e se desenvolve o processo da formação para a autonomia do educando. Convém, então, trazer algumas considerações em torno do ensino por meio da pesquisa.

Demo (2007), em seu texto “Educar pela pesquisa”, aborda questões relacionadas à pesquisa como princípio educativo. Levanta vários aspectos que estão implicados na adoção da pesquisa no processo do ensino. Far-se-á, então, algumas considerações sobre o assunto, tendo seu texto como base principal.

Há uma exigência de que a formação seja para a competência, e esta pode ser compreendida como a conquista da autonomia do educando. Essa não é apenas uma exigência do mercado, da produtividade material, mas do atual estágio e da configuração da sociedade, que está em constante mutação e que demanda maior autonomia. Essa exigência de formação para a competência pode ser compreendida atualmente como alcance da cidadania, para uma sociedade mais democrática e participativa. Nesse sentido, segundo Demo (2007, p. 87), a pesquisa não é “[...] uma opção ou vocação, mas componente crucial do processo de formação”.

Apenas para pontuar, tem-se ciência de que formação para a competência, para a formação para a autonomia e formação para a cidadania são expressões polissêmicas e polêmicas. A ideologia neoliberal sugere que o educando se torne uma “autoempresa”, com foco na proatividade e no empreendedorismo. Isso, no entanto, merece uma discussão mais ampla, que extrapolaria o objeto de reflexão neste texto.

A busca da autonomia do aluno pelo ensino-pesquisa requer que ele aprenda a ler e a escrever, como parte do processo da pesquisa. Nesse processo, o aluno desenvolverá sua capacidade crítica, interpretativa, e os conteúdos se tornarão mais significativos para ele; aprenderá a “aprender”, reconstruindo e construindo conhecimento. Ao pesquisar, ler e escrever, o aluno desenvolverá capacidade para formar o pensamento próprio, que se materializará por meio da escrita.

Demo (2007, p. 86) diz que “[...] educar pela pesquisa significa trabalhar acuradamente a competência emancipatória da pessoa e da sociedade”. Para reforçar essa ideia, faz-se ainda referência às considerações de Ghedin (2009, p. 171): “[...] é necessário formar os alunos para e pela

prática da pesquisa como forma de superar, mediante o processo reflexivo, as formas de alienação que nos dominam”.

A pesquisa como princípio educativo, ou seja, ensinar e aprender por meio da pesquisa, requer, sobretudo, que os professores sejam pesquisadores, que tenham formação e experiência de pesquisa, para que possam introduzir e conduzir seu processo de ensino em sala de aula e fora dela via pesquisa.

A qualificação é, então, uma condição essencial. Não se trata de titulação, que não deixa de ser também relevante, mas refere-se à competência docente em conduzir o ensino pela pesquisa, o que não significa, segundo Demo (2007, p. 2), que se espera que o professor seja “[...] um profissional da pesquisa, mas um profissional da educação pela pesquisa”. Ainda nas considerações do autor (DEMO, 2007, p.94), “[...] professor apenas graduado pode também ser pesquisador, não está restrito aos níveis de pesquisas sofisticadas e realizadas por especialistas”.

Adotar a pesquisa como princípio educativo em sala de aula, bem como fora dela, exige, além da qualificação do professor, ajustes curriculares; e o que transcende a sala de aula abrange as políticas educacionais e escolares. No entanto, também se relaciona às mudanças das práticas docentes, ou seja, é preciso modificar as metodologias de ensino, que não serão mais focadas na transmissão de conhecimentos acumulados pela tradição, mas, sim, meios que contribuam no processo da sua reconstrução e produção.

O professor deixa de ser o único referencial enciclopédico do conhecimento: ele torna-se um mediador e orientador. Nesse sentido, também a aprendizagem não é um conquista individualista, mas torna-se uma construção coletiva e interdisciplinar, que pode ser desenvolvida por meio de projetos ou por meio de outras atividades de pesquisa. Segundo Ghedin (2009, p. 169), “[...] o conhecimento é uma obra social e coletiva que deve ser compartilhado com todos [...]”. Diante disso, e segundo a consideração de Demo (2007, p. 2), “apartir daí, entra em cena a urgência de promover o processo de pesquisa no aluno, que deixa de ser objeto de ensino, para tornar-se parceiro de trabalho”.

Naturalmente, para se adotar a pesquisa como princípio educativo e do ensino, requer-se também que haja espaço físico adequado e ambiência institucional. Como a fonte do conhecimento não será somente o professor, os meios e os recursos não se restringem ao docente e à sala de aula. Aí entra

a importância da biblioteca, que, certamente, com a adoção da pesquisa como princípio de ensino, exigirá que seja frequentada e utilizada por alunos e professores. Nesse sentido, pode-se considerar que introduzir a pesquisa em sala de aula torna-se um fator motivador para o aproveitamento da biblioteca.

De propósito, fizeram-se considerações, um tanto extensas, para mostrar a viabilidade do uso da pesquisa, para então sugerir uma alternativa interdisciplinar no ensino médio. Na prática, como isso poderia ser desenvolvido ou operacionalizado? Os alunos de uma mesma série e ano, em grupo ou individualmente, em comum acordo entre os professores das diferentes disciplinas, definiriam problemas a serem pesquisados ou estudados. Em conjunto, os professores analisariam como sua disciplina incidirá sobre o problema e, assim, acompanhariam os alunos; no final, fariam as avaliações a partir dos resultados apresentados. Aliás, retomando a Resolução acima mencionada, o final do inciso II diz: “[...] para estudo comum de problemas concretos, ou para o desenvolvimento de projetos de investigação/e ou de ação” (SINPRO-MG, 2000, p. 70).

Considerações finais

Se a interdisciplinaridade é uma exigência para o ensino contemporâneo e uma forma de superar a fragmentação dos saberes, há desafios que se colocam para a universidade e para as escolas, os quais implicam a tentativa de organizar e reorganizar as disciplinas de um modo que possibilite uma integração. Há, no entanto, barreiras epistemológicas, pedagógicas, de formação de professores, o que envolve, em especial, as licenciaturas, as quais em parte se pretende atender por meio dos projetos do PIBID. É preciso também aprender a atuar em equipe, prática pouco desenvolvida; usa-se mais planejar em equipe, mas não trabalhar efetivamente como equipe; entretanto, nesse caso, planejar é requisito de atuar. Nem sempre isso é uma tarefa fácil para o filósofo, uma vez que, para muitos, filosofia se faz na solidão, no afastamento.

Outrossim, é preciso respeitar e reconhecer as disciplinas e, em especial no caso da filosofia, superar um imaginário sobre ela, pois muitos pares na escola poderão ter uma visão equivocada sobre seu sentido e seu

papel no contexto do ensino escolar, até porque, como se sabe, no momento presente, grande parte dos professores de filosofia não tem formação específica em filosofia.

Torna-se importante que a estruturação curricular permita maior flexibilização, para que assim ocorra a interdisciplinaridade no processo do ensinar. Como dito, na atual estrutura curricular, uma das opções pode ser projetos de pesquisa. Enfim, há muito que fazer, e mudar.

Referências

CABANAS, J. M. Q. *La educación em valores y otras cuestiones pedagógicas*. Barcelona: PPU, 2005.

DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FAZENDA, Ivani (Org.). *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GALLO, S. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GHEDIN, E. *Ensino de filosofia no Ensino Médio*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

KOHAN, W. O. As infinitas antinomias do ensino de filosofia. In: SARDI, S. A. et al. *Filosofia e sociedade: perspectivas para o ensino da filosofia*. Ijuí, RS: Unijuí, 2007. p. 53-67

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, v. 1, n. 1, p. 3-15, março 2005.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SEVERINO, A. J. Do ensino da filosofia: estratégias interdisciplinares. *Educação em Revista*, Marília, v. 12, n. 1, p. 81-96, jan./jun. 2011.

SINPRO-MG. *LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Belo Horizonte. SINPRO, 2000.

.....
Recebido em: 15 mar. 2013

Aceito em: 2 abr. 2013